



AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE IPAMERI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.163.648/0001-56, com sede na Rua Vereador Luís de Oliveira, nº 33, Centro, torna público para conhecimento de interessados, que fará licitação na modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, do tipo proposta de menor preço, tendo por objeto a **contratação de serviços mecânicos e aquisição de sensor ABS dianteiro para o veículo Mitsubishi L200 Triton**, e por meio deste, a Administração manifesta interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados até o dia **24 (vinte e quatro) de abril de 2026**, com fundamentos na Lei Federal nº 14.133/21.

Interessados, encaminhar sua proposta para o Departamento de Compras por e-mail, no **semma@ipameri.go.gov.br**, com o assunto **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 804/2026**.

Prefeitura Municipal de Ipameri-GO, aos 17 (dezesete) dias do mês de abril de 2026.

VIVIANE MELO CARNEIRO DA COSTA

Secretária Municipal de
Meio Ambiente



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços especializados em mecânica corretiva e aquisição de sensor ABS dianteiro para o veículo Mitsubishi L200, placa SCD0F41.

1.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

Item	Descrição	Quantidade	Unidade
01	Serviço de diagnóstico eletrônico para o veículo Mitsubishi L200, placa SCD0F41	01	unidade
02	Sensor eletrônico ABS dianteiro compatível com o veículo Mitsubishi L200, placa SCD0F41	01	unidade
03	Mão de obra para instalação do sensor	01	unidade

2. JUSTIFICATIVA

O sensor ABS (Anti-lock Braking System) é um componente essencial do sistema de freios da Mitsubishi L200, responsável por monitorar a rotação das rodas e enviar informações à unidade de controle eletrônico, prevenindo o travamento durante frenagens bruscas. A falha ou ausência desse componente compromete diretamente a segurança veicular, aumentando o risco de acidentes e colocando em perigo a integridade física dos ocupantes e de terceiros.

No caso em questão, o veículo Mitsubishi L200 encontra-se com o sensor ABS dianteiro danificado, impossibilitando o funcionamento adequado do sistema de freios. A substituição imediata é imprescindível para garantir segurança operacional, conformidade legal e a continuidade do serviço público.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Baseia-se no valor da aquisição, o qual, nos termos legais, desde que não sendo condição de fracionamento, pode ser adquirido por dispensa de licitação, aspecto a dar celeridade à atividade administrativa, nos termos do inciso I, art. 75 da Lei nº 14.133/21:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 130.984,20 (cento e trinta mil novecentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.

Ressalte-se que é necessária a observância de todos os demais elementos legais, a fim de manter a regularidade da presente solicitação.

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

As despesas com a presente contratação/aquisição correrão a conta da seguinte fonte orçamentária: 151.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.2. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

5.3. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATADO (A)

6.1. Os serviços deverão ser realizados no município sede da contratante.

6.2. Arcar com o ônus e o desembolso decorrentes de consumo, avarias ou perdas, antes e durante a entrega do objeto.

6.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

6.4. Arcar com os custos e despesas decorrentes de licenças, tributos, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos e taxas de qualquer natureza, que direta ou indiretamente incidam sobre a execução do objeto.

6.5. Reparar, corrigir, remover, substituir, sob sua exclusiva e integral responsabilidade, sem quaisquer ônus para o Município e sem importar em alteração do prazo contratual, o objeto desta contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou avarias resultantes da entrega do objeto.

6.6. Não ceder a terceiros, em hipótese alguma, o presente contrato, no todo ou em parte, sem o prévio e expresso consentimento da fiscalização do Município.

7. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços.

7.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas pela fiscalização no recebimento dos serviços.



7.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução dos serviços, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

7.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de até 3 (três) dias úteis, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8. FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado mediante apresentação da nota fiscal, elaborada nos termos desta contratação.

8.2. O pagamento será realizado à vista, em parcela única, no ato da entrada da fatura no protocolo, previamente conferida e aprovada pelos órgãos competentes do Município.

Ipameri/GO, 09 de abril de 2026.

VIVIANE MELO CARNEIRO DA COSTA
Secretária de Meio Ambiente
e Recursos Hídricos